

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

CAPITAL MAIS — ASSESSORIA FINANCEIRA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 7758; identificação de pessoa colectiva n.º 504336304; data da apresentação: 4 de Abril de 2006.

Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do exercício do ano de 2003.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 19 de Abril de 2005. — A Ajudante Principal, *Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira.

Secretária: Maria Madalena França e Silva de Quintanilha Mantas Moura.

Conselho de administração:

Presidente: Marcos Tavares de Almeida Lagoa.

Vogais:

Fernando Fonseca Cristino Coelho.

Rameschandra Kakoo.

Fiscal único:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.

Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Revisor oficial de contas:

Amílcar Martins Escudeiro, revisor oficial de contas.

Suplente: José Manuel Macedo Pereira, revisor oficial de contas.

Relatório do conselho de administração

1 — Evolução da actividade

A Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., tem por objectivo, desde a sua constituição em 18 de Novembro de 1998, a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e

financeira integrando sua actividade no âmbito da estrutura das sociedades participadas pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

Assim, e na prossecução dos seus objectivos como empresa especializada na prestação de serviços financeiros, serviu e apoiou outras unidades operacionais do Grupo Banco Espírito Santo, desenvolvendo igualmente acções no âmbito da assessoria a empresas na área de intermediação imobiliária.

Os resultados da sociedade atingiram em 31 de Dezembro de 2003 o montante de 56 354,11 euros, reflectindo um decréscimo de 87,7% em relação ao ano anterior.

2 — Perspectivas para 2004

Em 2004, a Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., irá continuar a prossecução dos seus objectivos de acordo com seu estatuto de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira, estando atenta às eventuais oportunidades de negócio que possam surgir.

3 — Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício de 2003 foi de 56 354,11 euros, para o qual e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

56 354,11 euros para reservas livres.

4 — Referências

O conselho de administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., e em particular:

À mesa da assembleia geral, ao fiscal único, pelo modo como têm desempenhado as suas funções e apoiado a actividade do conselho de administração.

Lisboa, 15 de Março de 2004. — O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Relação de accionistas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital social: Espírito Santo Activos Financeiros — SGPS, S. A.: 100%.

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

	Notas	2003			2002
		Activo bruto	Amort. e prov. acumuladas	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas	10	889	481	408	399
Imobilizações corpóreas	10	277	212	66	3 806
Investimentos financeiros	34	13 495	13 119	377	381
		<u>14 661</u>	<u>13 811</u>	<u>850</u>	<u>4 585</u>

(Em euros)				
	Notas	2003		2002
		Activo bruto	Amort. e prov. acumuladas	Activo líquido
Circulante:				
Dívidas de terceiros		47 580	—	47 580
Depósitos bancários e caixa		204 796	—	204 796
		<u>252 376</u>	<u>—</u>	<u>252 376</u>
Acréscimos e diferimentos	48, al. c)	127	—	127
<i>Total do activo</i>		267 164	13 811	253 353
				605 158

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	2003	2002
Capital próprio:			
Capital	36 e 40	50 000	50 000
Reservas	40	10 000	10 000
Resultados transitados	40	—	—
Resultado líquido do exercício	40	56 354	458 632
<i>Total do capital próprio</i>		<u>116 354</u>	<u>518 632</u>
Passivo:			
Dívidas a terceiros de curto prazo		129 732	75 430
Acréscimos e diferimentos	48, al. d)	7 267	11 096
<i>Total do passivo</i>		<u>136 999</u>	<u>86 525</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>		253 353	605 158

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura) ilegível.*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)				
	Notas	2003	2002	
Fornecimentos e serviços externos	48, al. a)	13 093	67 490	
Custos com o pessoal:				
Remunerações	43	900	40 918	
Encargos sociais		9	9 903	
		<u>909</u>	<u>50 821</u>	
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		1 155	5 168	
Impostos		15	58	
Outros custos operacionais		15	58	
		<u>15 172</u>	<u>123 537</u>	
Juros e custos similares		196	259	
		<u>15 369</u>	<u>123 796</u>	
Custos e perdas extraordinários	46	1	13 396	
		<u>15 370</u>	<u>137 192</u>	
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	19 887	256 194	
		<u>35 257</u>	<u>393 386</u>	
Resultado líquido do exercício		56 354	458 632	
		<u>91 611</u>	<u>852 018</u>	

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2003	2002
Prestações de serviços	44	60 000	822 686
(B)		60 000	822 686
Outros juros e proveitos similares		8 052	25 480
(D)		68 052	848 166
Proveitos e ganhos extraordinários		23 559	3 852
(F)		91 611	852 018
Resumo:			
Resultados operacionais: (B)-(A) =		44 828	699 149
Resultados financeiros: [(D)-(B)]-[(C)-(A)] =		7 856	25 222
Resultados correntes: (D)-(C) =		52 683	724 371
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =		76 241	714 827
Resultado líquido do exercício: (F)-(G) =		56 354	458 632

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2003

	2003
Actividades operacionais:	
Recebimentos de clientes	60 697
Pagamentos a fornecedores	(5 432)
Pagamentos ao pessoal	(333)
Fluxos gerados pelas operações	54 932
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(42 695)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(73 073)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(115 768)
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	(60 836)
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Imobilizações corpóreas	4 000
Juros e proveitos similares	6 050
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	—
Imobilizações corpóreas	—
Imobilizações incorpóreas	—
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	10 050
Actividades de financiamento:	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	120 000
Aumentos de capital, prestações, suplementares e prémios de emissão	—
Subsídios e doações	—
Venda de acções próprias	46
Cobertura de prejuízos	—
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	—
Amortização de contratos de locação financeira	—
Juros e custos similares	—

(Em euros)

	2003
Dividendos	(458 632)
Reduções de capital e prestações suplementares	—
Aquisições de acções próprias	—
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<i>(338 586)</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(389 372)
Efeito da diferença de câmbio	—
Caixa e seus equivalentes no início do ano	594 168
Caixa e seus equivalentes no fim do ano	204 796

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2003

(Em euros)

	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	60 000	822 686
Custo das vendas e prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	60 000	822 686
Outros proveitos e ganhos operacionais	23 559	—
Custos administrativos	(15 174)	(123 537)
Outros custos e perdas operacionais	—	—
Resultados operacionais	68 386	699 149
Custo líquido de financiamento	7 856	25 222
Resultados correntes	76 241	724 371
Resultados extraordinários	—	(9 544)
Imposto sobre o rendimento exercício	(19 887)	(256 194)
Resultados líquidos	56 354	458 632)
Resultados por acção	5,64	45,86

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em euros)

Introdução:

A sociedade foi constituída por escritura pública de 18 de Novembro de 1998 sob a forma de sociedade anónima, tendo por objecto a prestação de serviços de assessoria de investimentos e consultoria económica e financeira, com um capital social inicial de 5 milhares de escudos.

Em Março de 2001, por deliberação em assembleia geral de 31 de Março, procedeu-se à redenominação do capital social da sociedade para euros, em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, resultando um aumento do capital de 25 060 euros, o qual foi efectuado por incorporação de reservas legais, de forma a atingir o mínimo legal estipulado no artigo 276.º do Código das Sociedades Comerciais de 50 000 euros.

2 — Valores comparativos:

No presente exercício não se verificaram mudanças de políticas e ou critérios contabilísticos com efeitos importantes nas demonstrações financeiras, pelo que os valores deste exercício são comparáveis, em todos os aspectos significativos, com os valores do exercício anterior.

De referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação por inexistência ou irrelevância dos valores ou informações a reportar.

3 — Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Os principais princípios contabilísticos aplicáveis às demonstrações financeiras da sociedade são apresentados como segue:

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas de custos e de proveitos.

b) *Imobilizações corpóreas e amortizações.* — As imobilizações corpóreas, registadas ao custo de aquisição, são amortizadas em duodécimos, pelo método das quotas constantes aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, consignadas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, que se consideram traduzir razoavelmente a vida útil estimada dos bens ao serviço da sociedade:

	Anos
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	10

c) *Impostos sobre os lucros.* — A Capital Mais está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 31 de Dezembro de 2003, não existiam diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais.

d) *Acréscimos e diferimentos.* — Acréscimos e diferimentos (juros não vencidos relativos a investimentos financeiros e títulos negociáveis): cálculo efectuado dia a dia à respectiva taxa de remuneração.

6 — Imposto sobre o rendimento:

	2003	2002
Lucro contabilístico antes de impostos	76 241	714 827
Correcções ao resultado contabilístico	(16 281)	10 870
Lucro tributável	59 961	725 697
Estimativa de imposto sobre os lucros	19 887	256 194
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (percentagem)	26,08	35,84
Pagamentos por conta efectuados no exercício	63 288	259 495
IRC a pagar/recuperar em 31 de Dezembro	(43 401)	(3 300)

10 — Movimentos ocorridos no activo imobilizado:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Adições	Amortiz./provisões	Transfe-rências	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas	599	—	—	(599)	—	—
Outras	—	290	—	599	—	889
	599	290	—	—	—	889
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento de transmissão	277	—	—	—	—	277
Material de transporte	19 653	—	—	—	(19 653)	—
	19 930	—	—	—	(19 653)	277

Amortizações:

	Saldo inicial	Reforço	Regula-rizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de estabelecimento	200	50	(250)	—
Outras	—	231	250	481
	200	231	—	481
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transmissão	157	55	—	212
Material de transporte	15 968	819	(16 787)	—
	16 125	874	(16 787)	212

16 — Informação relativa a empresas do grupo e empresas associadas:

A sociedade é detida a 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., com sede na Avenida Álvares Cabral, 41, rés-do-chão, em Lisboa, sendo as suas contas consolidadas com as desta empresa.

34 — Movimento de provisões:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisão para investimentos financeiros	13 119	—	—	13 119

A provisão para investimentos financeiros apresentada no balanço foi criada no exercício de 2002 e mantém-se até à presente data por se continuar a verificar a desvalorização de alguns títulos que compõem a carteira.

36 — Acções de capital:

O capital da sociedade é representado por 10 milhares de acções, nominativas ou ao portador, com o valor nominal de 5 euros, totalmente subscrito e realizado.

37 — Pessoas colectivas com participação igual ou superior a 20% do capital:

O capital da sociedade é detido em 100% pela ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A.

40 — Movimentos do exercício ocorridos nas rubricas de capitais próprios:

	Total da situação líquida	Capital	Reservas e resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	518 632	50 000	468 632
Distribuição aos accionistas	(458 632)	—	(458 632)
Lucro do exercício	56 354	—	56 354
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	116 354	50 000	66 354

Em conformidade com a decisão da assembleia geral realizada a 31 de Março de 2003, que aprovou as contas do exercício de 2002, foi deliberado relativamente ao resultado do exercício a distribuição aos accionistas da totalidade do resultado que ascende a 458 632 euros.

A reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital ou compensar eventuais prejuízos, tendo sido reforçada anualmente por uma percentagem não inferior a 5% do resultado líquido o que à presente data já constitui a quinta parte do capital social, não sendo por isso necessária a constituição de uma reserva superior.

43 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

A Capital Mais suportou os seguintes custos relativamente a remunerações dos membros dos órgãos sociais, que inclui a remuneração do fiscal único:

Ano de 2003: 5626.

Ano de 2002: 5624.

Esta sociedade não assume quaisquer responsabilidades em matéria de pensões relativamente aos seus órgãos sociais.

Durante o exercício não foram efectuados adiantamentos, concedidos créditos ou prestadas garantias a favor dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

44 — Repartição do valor das prestações de serviço por actividade e por mercados:

Os proveitos da sociedade, resultantes da actividade de assessoria e consultoria económica e financeira, repartiram-se do modo abaixo indicado, sendo que em 2003 se verificou um significativo decréscimo da actividade:

	2003	2002
Mercado nacional	60 000	822 686

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2003	2002
681 — Juros suportados	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	196	259
Resultados financeiros	7 856	25 221
	8 052	25 480

PROVEITOS E GANHOS

	2003	2002
78 — Juros obtidos	8 052	25 480

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2003	2002
Multas e penalidades	—	77
Aumento de amortizações e provisões	—	13 119
Correcções relativas a exerc. anteriores	1	200
Insuficiência de estimativa para impostos	—	—
Resultados extraordinários	23 558	(9 544)
	23 559	3 852

PROVEITOS E GANHOS

	2003	2002
794 — Ganhos em imobilizações	1 177	—
797 — Correcção ao exerc. anterior	6 417	1 526
798 — Outros prov. e ganhos extraordin.	15 965	2 326
	23 559	3 852

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinário refere-se ao excesso de estimativa de imposto sobre o rendimento relativo ao exercício de 2002, no valor de 15 965 euros.

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Fornecimentos e serviços externos:

	2003	2002
Combustíveis	316	2 662
Material de escritório	246	5 966
Comunicação	—	335
Seguros	550	1 485
Vigilância e segurança	1 097	1 056
Conservação e reparação	—	3 173
Publicidade	2 541	3 657
Trabalhos especializados	4 786	5 000
Outros serviços — ESAF — SGPS	3 000	43 000
Outros	557	1 156
	13 093	67 490

b) Depósitos bancários. — Incluem depósitos a prazo no Banco Internacional de Crédito (BIC), pelo montante de 190 000 euros (2002: 105 000 euros) com vencimento num prazo inferior a três meses. O valor remanescente corresponde a depósitos à ordem no Banco Espírito Santo e no BIC nos valores de 2702 euros (2002: 2793 euros) e 11 994 euros (2002: 485 974 euros), respectivamente. O BES e o BIC integram o Grupo Banco Espírito Santo.

c) Acréscimos e diferimentos (contas do activo):

	2003	2002
Acréscimos de proveitos:		
Juros de depósitos bancários	112	74
Custos diferidos:		
Seguros	15	2 010

d) Acréscimos e diferimentos (contas do passivo):

	2003	2002
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	—	6 148
Outros acréscimos de custos	7 267	4 948
	7 267	11 096

A rubrica de outros acréscimos de custos inclui valores que estão especializados mas que aguardam facturas que só serão emitidas em 2004, embora o custo diga respeito ao ano 2003.

O Conselho de Administração: *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, presidente — *Fernando Fonseca Cristino Coelho*, vogal — *Rameschandra Kakoo*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinei as demonstrações financeiras anexas da sociedade Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 253 353 euros e um total de capital próprio positivo igualmente de 116 354 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 56 354 euros.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e a aplicabilidade ou não do princípio da continuidade.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 17 de Março de 2004. — O Revisor Oficial de Contas, *Amílcar Martins Escudeiro*.

Relatório e parecer do fiscal único

Estando investido nas funções de fiscal único e revisor oficial de contas da sociedade Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., cumpre-nos, nos termos da lei e dos estatutos, apresentar, no final do exercício, relatório que contemple as acções desenvolvidas, bem como emitir parecer sobre as contas que irão ser apreciadas pela assembleia geral.

O presente documento tem a finalidade de dar satisfação àqueles preceitos legais, no que ao exercício de 2003 diz respeito.

Enquanto desempenhámos as nossas funções, contámos sempre com a disponibilidade da administração e dos serviços, o que facilitou o nosso trabalho e que, aqui, agradecemos.

No desempenho das nossas funções, utilizámos, em muitos casos, o método da amostragem, na condução dos exames que considerámos ajustados ao fim em vista.

Durante o exercício, procedemos à avaliação da documentação existente, tanto quanto à forma, como quanto à aderência com as operações de que é suporte, tendo concluído pela generalizada conformidade dos documentos e sua correcta contabilização.

Verificámos a concretização das deliberações da assembleia geral de aprovação de contas do exercício anterior, do mesmo modo que verificámos a escrituração dos livros selados obrigatórios por lei.

Confirmámos o cumprimento das obrigações fiscais.

Procurámos verificar a conformidade dos saldos de terceiros, através de análises às contas.

Por reconciliações bancárias, verificámos os saldos bancários no final do exercício.

Apreciámos as movimentações de imobilizados, tendo, do mesmo modo, cotejado estes últimos com as amortizações escrituradas, as quais seguiram os critérios aplicados nos exercícios anteriores e utilizaram, basicamente, as taxas máximas permitidas fiscalmente.

Nas alterações a este tipo de património revelam-se com especial peso as variações com equipamento de transporte.

Analisámos os mapas de amortizações e provisões, confrontando os valores e os critérios utilizados com a lei e os procedimentos contabilísticos e fiscais.

Procedemos à verificação dos movimentos das contas de acréscimos e diferimentos.

Dedicámos especial atenção às contas de custos e proveitos, considerando a grande variação dos resultados relativamente ao exercício anterior.

O decréscimo do nível da prestação de serviços foi especialmente relevante, tendo sido acompanhado pelos resultados financeiros. Os resultados extraordinários, actuando em sentido inverso, não foram suficientes para compensar, de forma relevante, aquelas variáveis. Confirmámos os valores envolvidos e afiguraram-se-nos aderentes à realidade da actividade da empresa, no exercício, a qual, possivelmente, terá sido afectada pela conjuntura económica.

A influência do reajuste do excesso de previsão para impostos efectuada em 2002, foi relevante e verificámos a sua movimentação.

Solicitámos declaração de responsabilidade, conforme recomendação da ordem dos revisores oficiais de contas, a qual foi, prontamente, colocada à nossa disposição.

Elaborou a sociedade a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração dos resultados por funções, documentos cuja feita avaliamos.

Durante o exercício, a sociedade beneficiou de suprimentos no montante de 120 000 euros, sem encargos financeiros, devidamente suportados por acordo escrito, conforme se determina legalmente.

Com base nos documentos que compõem a documentação de prestação anual de contas, elaborada pela administração, procedemos à respectiva análise.

O relatório emitido pela administração encontra-se, em nossa opinião, no essencial, elaborado dando resposta aos ditames da lei. Por ele se compreende o que foi a actuação da empresa durante o exercício, se complementado pelas demais peças financeiras que o acompanham. Do mesmo modo, se pode ter, de alguma forma, uma ideia das perspectivas para o futuro próximo.

O balanço, a demonstração dos resultados e o anexo, encontram-se devidamente elaborados, em conformidade com os registos da contabilidade, designadamente os balancetes finais, respeitando as normas técnicas a que devem obedecer.

Pelo trabalho desenvolvido durante o ano, complementado com as diligências que efectuámos em fim de exercício, é nosso parecer que o relatório, as contas e a proposta de aplicação dos resultados, reportados a 31 de Dezembro de 2003, elaborados pela administração, merecem a aprovação da assembleia geral.

Não necessita a sociedade de reter proveitos para reservas legais, dado ter atingido já os valores mínimos determinados por lei.

Para os devidos efeitos foi, nesta data, emitida certificação legal das contas, em documento separado.

É nosso desejo manifestar nosso agradecimento pela amável referência que a administração fez constar no seu relatório, a nosso respeito.

Lisboa, 17 de Março de 2004. — O Fiscal Único, *Amílcar Martins Escudeiro*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 9 da assembleia geral anual

Aos 22 dias do mês de Março de 2004, pelas 10 horas, reuniu, na sede social da sociedade, sita na Avenida Álvares Cabral, 41, em Lisboa, a assembleia geral anual da sociedade denominada Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., pessoa colectiva n.º 504336304, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 7758, com o capital social de 50 000 euros, com a presença do representante da sua accionista única, a sociedade ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., Dr. Marcos Tavares de Almeida Lagoa, que fez entrega à mesa, para arquivo, do respectivo instrumento de representação.

Assim encontrando-se presente e devidamente representada a totalidade do capital social, pelo representante da accionista única foi manifestada a vontade de que a presente reunião se constitua em assembleia geral universal, e que as deliberações respectivas tenham o valor de deliberações unânimes e por escrito ao abrigo do disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comer-

ciais, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos aprovada:

- 1.º Deliberar, aprovando, rejeitando ou modificando, sobre o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade com a amplitude prevista na lei, designadamente na alínea c) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, o Dr. Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, o qual foi secretariado pela secretária da mesa, Dr.ª Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura.

Com a presença de todos os membros do conselho de administração e do fiscal único da sociedade, passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos.

Pediu e usou da palavra o presidente do conselho de administração, que fez a apresentação do relatório de gestão e do balanço e demonstração dos resultados relativos ao exercício de 2003, destacando destes documentos os pontos considerados fundamentais.

Como mais ninguém tivesse querido usar da palavra, passou-se à votação, primeiro na generalidade, depois na especialidade, do relatório de gestão e das contas da sociedade, relativos ao exercício de 2003, os quais foram aprovados pelos votos da accionista única da sociedade.

No que se refere à aplicação de resultados constante do ponto 2.º da ordem de trabalhos foi aprovada pela accionista única da sociedade a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração que se transcreve:

O resultado líquido do exercício de 2003 foi de 56 354,11 euros, para o qual e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 66.º e para os efeitos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

- a) 56 354,11 euros para reserva livres.

Entrando-se no ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi aprovado pela accionista única um voto de congratulação, confiança e louvor ao conselho de administração e ao fiscal único, bem como a cada um dos seus membros, pela forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade durante o exercício findo.

E como mais nada houvesse a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos da assembleia geral da Capital Mais — Assessoria Financeira, S. A., de que se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo representante da accionista, pelo presidente da mesa e pela secretária, que a elaborou.

A Mesa da Assembleia Geral: *Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira*, presidente — *Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura*, secretária — *Marcos Tavares de Almeida Lagoa*, representante da accionista única. 2008411818

PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

J. SOARES CORREIA — ARMAZÉNS DE FERRO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 9213; pessoa colectiva n.º 500029857; inscrições n.ºs 9 e 10; números e data da apresentação: 33 e 34/19 de Maio de 1995; pasta n.º 3690.

Certifico que ficam depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas e prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 1994, da sociedade em epígrafe.

A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório e contas de 1994

Relatório do conselho de administração

I — Envolvente externa

Durante 1994 a generalidade das economias da União Europeia melhoraram mais rapidamente, do que inicialmente previsto. As esti-

mativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB comunitário em torno dos 2,6%.

No sector siderúrgico, as exportações, nomeadamente para os Estados Unidos, constituíram o principal motor do crescimento da produção de aço, a qual terá aumentado 2,5% e 3%. Assistiu-se igualmente a uma retoma do consumo interno, impulsionada pelos mais importantes consumidores de aço, nomeadamente a indústria automóvel e as construções metálicas. Na sequência desta conjuntura mais favorável os preços de certos produtos aumentaram, em alguns casos muito significativamente. O sector continua, porém, a padecer de um excesso de capacidade instalada, a qual, somente através de continuados esforços de racionalização será possível colmatar.

As tendências referidas, tudo indica, ir-se-ão consolidar em 1995, ano para o qual se prevê um cenário económico globalmente mais favorável. Uma taxa de crescimento mais sustentada, para as economias dos 15 países da UE, irá certamente acelerar o ritmo de actividade nos sectores consumidores de aço. A juntar aos atrás referidos, estima-se que o sector da construção civil apresente melhores perspectivas para 1995.

II — Envolvente nacional

Para Portugal, 1994 foi igualmente um ano de retoma. Com um crescimento do PIB estimado em torno de 1,5%, assistiu-se a uma recuperação espectacular do sector exportador, o qual foi gradualmente ganhando importância crescente, ao longo do ano. A taxa de crescimento das exportações no decorrer do 2.º semestre foi de tal forma dinâmica, que permitiu mesmo a revisão em alta da projecção do PIB para 1995, por parto de alguns organismos internacionais, aproximando-se as estimativas em torno dos valores avançados pelo próprio governo de 3,5%. O investimento, em desaceleração a partir de 1992 e em quebra desde meados de 1993 apresentou, a partir da segunda metade de 1994, uma tendência novamente crescente. De origem eminentemente público e da responsabilidade da administração central, caracterizou-se pelo lançamento de grandes obras públicas, as quais atingiram nos últimos dois meses do ano um valor recorde de adjudicações. Apesar da importância avassaladora das vias de comunicação, dentro das obras públicas, durante o exercício em apreço, assistiu-se a uma retoma da construção civil na vertente da construção de edifícios, a qual, foi muito positivamente influenciada pela diminuição do *stock* de fogos concluídos e confirmada quer pelo aumento significativo de licenças para a construção, quer pela evolução do crédito concedido para aquisição de casa própria.

O sector armazenista de produtos siderúrgicos beneficiou fortemente da dinâmica referida, em especial a partir do 2.º semestre. Na realidade, os indicadores relativos ao consumo de aço para os primeiros seis meses do ano registaram uma quebra muito acentuada (menos 18,5%), tendo as taxas de crescimento, entretanto verificadas no segundo semestre, sobre período homólogo, compensado largamente as referidas quebras.

Em nossa opinião, durante o exercício transacto ficou pavimentado o caminho para a consolidação dos negócios em 1995, primeiro de uma série dos próximos anos em que, com maior impacto se farão sentir os efeitos do segundo quadro comunitário de apoios, a vigorar até ao final do século.

III — Actividade empresarial

1 — O volume de negócios

O ano de 1994 ficou caracterizado por um forte acréscimo do volume de negócios, o qual se cifrou em 6603 milhares de contos, isto é, mais 17% relativamente a 1993. Para esta receita contribuiu fortemente a tonelage vendida, mais 11,9%, a qual ultrapassou as 103 000 toneladas. O preço médio sofreu uma variação positiva de 4,6% face ao exercício anterior.

A evolução verificada está em linha com o atrás descrito para a economia portuguesa na sua globalidade, tendo apresentado taxas de crescimento negativas para o 1.º e 2.º trimestres e muito francamente positivas para os terceiro e quarto trimestres. A retoma evidenciada durante o 2.º semestre contribuiu favoravelmente para uma redução das atitudes de concorrência desenfreada vivida durante o 1.º semestre.

Por grandes linhas de produtos verificou-se um acréscimo de 15,5% na tonelage vendida em produtos longos — varão para betão, barras comerciais e perfis, e uma diminuição de 17,4% em produtos planos — chapa laminada a quente, a frio e galvanizada. Nestes últimos é evidente a concorrência que nos vem sido imposta por empresas especializadas no corte à medida de formatos e bandas, bem como a rela-